

1. A respeito do controle de constitucionalidade é **correto** afirmar, com fundamento na Constituição da República:
  - a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente o mandado de injunção, quando a elaboração da norma reguladora for atribuição do Governador do Estado.
  - b) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente a ação direta de constitucionalidade de lei estadual.
  - c) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, apenas, em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
  - d) O Supremo Tribunal Federal apenas poderá aprovar súmula vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e toda administração pública, por provocação daqueles que podem propor ação direta de inconstitucionalidade e em decisão unânime, depois de reiteradas decisões sobre matéria constitucional, cabendo-lhe, igualmente, poder para proceder à revisão ou cancelamento dessa súmula.
  - e) O Supremo Tribunal Federal poderá recusar admissão de Recurso Extraordinário que não demonstre a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, pela manifestação de dois terços dos seus membros.
  
2. São considerados crimes inafiançáveis e imprescritíveis pela Constituição da República:
  - a) Apenas os crimes referentes à prática do racismo.
  - b) A prática do racismo, o terrorismo e a ação de grupos armados, civis ou militares contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
  - c) A prática da tortura, a prática do racismo, o tráfico ilícito de entorpecentes e o terrorismo.
  - d) A prática do racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
  - e) A prática do racismo, a prática da tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
  
3. Assinale a alternativa **INCORRETA**. De acordo com a Constituição da República, é vedada edição de medidas provisórias sobre matéria:
  - a) Relativa a orçamento e créditos adicionais e suplementares.
  - b) Reservada a lei ordinária.
  - c) Reservada a lei complementar.
  - d) Relativa a direito penal e processual civil.
  - e) Relativa a planos plurianuais e diretrizes orçamentárias.
  
4. Considerando a organização do Poder Judiciário dos Estados, estabelecida na Constituição da República, é **INCORRETO** afirmar:
  - a) A lei estadual, poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar Estadual.
  - b) O Tribunal de Justiça Estadual poderá propor a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.
  - c) Compete à Justiça Militar processar e julgar todas as ações judiciais contra atos disciplinares militares.
  - d) Cabe aos Estados membros a instituição de representação de inconstitucionalidade de atos normativos municipais em face da Constituição Estadual.
  - e) O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizado, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça.

5. Considerando os direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição da República, assinale a alternativa **correta**.
- a) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus associados.
  - b) É vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
  - c) É inviolável a liberdade de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.
  - d) Conceder-se-á mandado de segurança, para proteger direito líquido e certo, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
  - e) A liberdade de manifestação do pensamento e a de associação são plenas e ilimitadas.
6. A respeito do Processo de criação da Emenda à Constituição da República é **INCORRETO** afirmar:
- a) Inexiste sanção no caso de Emendas Constitucionais. A decisão é, soberanamente, do Congresso Nacional.
  - b) Têm a iniciativa da proposta: O Presidente da República; os Deputados e Senadores (devendo a proposta, neste caso, ser assinada por 1/3 dos respectivos membros); mais da metade das Assembléias Legislativas da unidade da Federação, cada uma manifestando-se pela maioria absoluta se seus membros.
  - c) Votada e aprovada a proposta, passa-se a promulgação, efetivada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o número de ordem seqüente a anteriores emendas.
  - d) A publicação do texto Constitucional é de competência do Congresso Nacional.
  - e) A proposta de emenda é discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos.
7. Conforme a Constituição da República:
- I. A competência privativa da União para legislar, enumerada no art. 22 da CF, impossibilita a delegação aos Estados, mesmo que por Lei Complementar.
  - II. A Constituição da República não situou os Municípios na área de competência concorrente do art. 24, mas lhes outorgou competência para suplementar e legislação federal e a estadual no que couber, o que vale possibilitar-lhes disporem especialmente sobre as matérias ali arroladas e aquelas a respeito das quais se reconheceu à União apenas a normatividade geral.
  - III. Os pressupostos de fundo da intervenção federal nos Estados constituem situações críticas que põem em risco a segurança do Estado (País), o equilíbrio federativo, as finanças estaduais e a estabilidade da ordem constitucional.
  - IV. A distinção entre a lei ordinária e a lei complementar reside no âmbito material expressamente previsto, que, por sua vez, é reforçado pela exigência de um quorum diferente para respectiva aprovação.
- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
  - b) Somente a proposição I é correta.
  - c) Todas as proposições estão corretas.
  - d) Todas as proposições estão incorretas.
  - e) Somente a proposição I é incorreta.

8. Segundo a atual “Carta Política”:
- I. Os princípios constitucionais sensíveis, enumerados no art. 34, VII, alíneas ‘a’ a ‘e’, constituem o fulcro da organização constitucional do País.
  - II. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendendo os princípios estabelecidos na Constituição da República.
  - III. As contas do Governo do Território serão submetidas ao Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.
  - IV. Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- a) Todas as proposições estão corretas.
  - b) Somente a proposição II está incorreta.
  - c) Todas as proposições estão incorretas.
  - d) Somente a proposição I está correta.
  - e) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
9. Assinale a alternativa **correta**.
- a) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.
  - b) Se o texto da lei for parcialmente publicado, far-se-á nova publicação do texto integral, mas o que foi publicado parcialmente não gera direitos e deveres.
  - c) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta dos votos, computados os em branco e os nulos.
  - d) Perderá o mandato o Deputado ou o Senador investido no cargo de Secretário de Prefeitura de Capital.
  - e) O Tribunal de Contas da União, integrado por sete Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96 da CF.
10. Referentemente aos negócios jurídicos, aponte a alternativa **INCORRETA**.
- a) As condições ilícitas invalidam os negócios jurídicos.
  - b) O termo inicial não suspende a aquisição do direito.
  - c) Enquanto não se realizar a condição resolutiva, o negócio jurídico é eficaz, com o direito por ele estabelecido podendo ser exercido plenamente.
  - d) As condições resolutivas impossíveis tornam nulos os negócios jurídicos.
  - e) O encargo suspende a aquisição e o exercício do direito, quando expressamente disposto, pelo disponente, como condição suspensiva.
11. Quanto aos defeitos do negócio jurídico, é **correto** concluir:
- a) É dolo negativo o artifício astucioso decorrente de ato comissivo em que a outra parte é levada a contratar por força de afirmações falsas sobre a qualidade da coisa.
  - b) O dolo accidental é vício de consentimento e, por isso, acarreta a anulação do negócio jurídico.
  - c) Independentemente da data de constituição do seu crédito, qualquer credor privilegiado pode invocar a ocorrência de fraude contra credores, nos negócios de transmissão gratuita de bens ou de remissão de dívidas.
  - d) O erro de direito, como caracterizador do vício de consentimento, não se consubstancia quando incidir sobre a errônea interpretação de norma cogente.
  - e) É essencial o erro que incide sobre o preço, medida ou quantidade do bem.

12. Relativamente às obrigações de fazer e às obrigações alternativas, aponte a alternativa **INCORRETA**.
- a) A execução do fato por um terceiro não exclui o direito de o credor obter a indenização cabível.
  - b) O devedor responderá por perdas e danos ainda que a prestação do fato se torne impossível sem culpa sua.
  - c) Se todas as obrigações alternativas se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, a obrigação extingue-se-á.
  - d) Sendo fungível a obrigação de fazer, o credor poderá mandar executá-la à custa do devedor, nas hipóteses de recusa ou mora deste.
  - e) Tratando-se de obrigação alternativa, a escolha caberá ao juiz, se o terceiro a quem a o título deferir a opção, eximir-se de exercê-la e não houver acordo entre as partes.
13. Quanto ao pagamento das obrigações, é **correto** afirmar-se:
- a) A entrega o título ao devedor firma uma presunção absoluta do pagamento.
  - b) É eficaz o pagamento que importar transmissão da propriedade, ainda quando feito por quem não possa alienar o objeto em que ele se constituiu.
  - c) O terceiro não interessado na extinção da dívida, não pode pagá-la em hipótese alguma.
  - d) Prevalece o local previsto no contrato para o pagamento da prestação, ainda que os pagamentos venham sendo feitos reiteradamente em local diverso.
  - e) É válido o pagamento cientemente feito a credor incapaz, quando provado que o benefício desse pagamento em favor do incapaz efetivamente reverteu.
14. Assinale a alternativa **correta**.
- a) Na estipulação em favor de terceiro o estipulante poderá exonerar o devedor, ainda que o terceiro tenha se reservado o direito de reclamar-lhe a execução.
  - b) A garantia da evicção não subsiste se a aquisição ocorrer em hasta pública.
  - c) Nas ações redibitórias ou de abatimento do preço, os prazos de decadência fluem na constância da cláusula de garantia, se o adquirente não denunciar o defeito ao alienante nos trinta dias seguintes ao seu descobrimento.
  - d) O contrato preliminar não registrado e sem cláusula de arrependimento, não é oponível contra terceiros e nem é eficaz entre as partes.
  - e) No contrato aleatório, mesmo que assumo um dos contratantes o risco de não ver a coisa ou o fato existir, não terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, mesmo que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa.
15. Indique a alternativa **INCORRETA**.
- a) É lícita a compra e venda entre os cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.
  - b) O contrato com pessoa a declarar é eficaz entre os contratantes originários se o terceiro nomeado se recusar a aceitá-lo.
  - c) A condição suspensiva é sempre presumida nas vendas sujeitas a prova.
  - d) O preço, nos contratos de compra e venda, é determinável quando se deixa a sua fixação à taxa de mercado.
  - e) Ainda que o regime de bens for o de separação obrigatória, é anulável a venda de ascendente a descendendo se não houver anuência do cônjuge do alienante.

16. Leia e, ao final, responda:

- I. Benfeitorias voluptuárias são as de mero ou recreio, que não aumentem o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.
- II. São bens públicos, entre outros, os de uso comum do povo e os dominicais.
- III. Determinados prazos prescricionais podem sofrer alteração, desde que haja concordância das partes.
- IV. Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.
- V. A solidariedade é presumida quando resulta da lei ou da vontade das partes.

Estão **corretas** as proposições:

- a) III, IV e V.
- b) I, II e III.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e V.
- e) I, III e V.

17. Assinale a resposta **correta**.

- a) É ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- b) Salvo se as circunstâncias contrariarem a presunção daí resultante, considera-se autorizado a receber o pagamento o portador da quitação.
- c) Não sendo a venda a crédito, o vendedor é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.
- d) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionares diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias. Designados dois ou mais lugares, cabe ao devedor escolher entre eles.
- e) Dá-se a quitação quando o credor contrai com o devedor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.

18. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**.

- I. O pedido mediato define a natureza da ação e delimita o modo como será obtido o julgamento incidente sobre a situação reclamada.
  - II. O Código de Processo Civil Brasileiro adotou a teoria da substanciação, a qual impõe que na fundamentação da petição inicial se compreendam a causa de pedir e o pedido.
  - III. Na cumulação eventual de pedidos, a procedência do pedido principal impede a análise do mérito do pedido subsidiário, desaparecendo quanto a este o interesse de agir.
  - IV. São considerados pressupostos processuais negativos a litispendência, a cláusula compromissória e a coisa julgada.
  - V. A justiça da decisão, figura assemelhada à coisa julgada, é aplicável ao assistente simples.
- a) Apenas as proposições II e V estão corretas.
  - b) Apenas as proposições I e II, estão corretas.
  - c) Apenas as proposições III e V estão corretas.
  - d) Apenas a proposição IV está correta.
  - e) Apenas as proposições I, II, III e V estão corretas.

19. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**.

- I. O Código de Processo Civil é composto por cinco livros.
  - II. A medida cautelar de alimentos provisionais necessita prova pré-constituída para seu deferimento.
  - III. Nas ações de manutenção ou reintegração de posse, a liminar pode ser concedida de ofício pelo juiz, independentemente de pedido da parte.
  - IV. Nas ações de manutenção e reintegração de posse o réu deve ser citado para acompanhar a audiência de justificação prévia, sendo-lhe permitido arrolar testemunhas.
  - V. É cabível a citação editalícia no procedimento monitório.
- a) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
  - b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
  - c) Somente as proposições IV e V estão corretas.
  - d) Somente a proposição V está correta.
  - e) Somente as proposições II e III estão corretas.

20. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**.

- I. A sentença que decidir o processo cautelar será recebida somente no efeito devolutivo.
  - II. Contra a decisão que julga a liquidação de sentença é cabível agravo de instrumento.
  - III. Serão objeto de apreciação e julgamento pelo Tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença nas as tenha julgado por inteiro.
  - IV. É viável o manejo de embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver julgado procedente ação rescisória.
  - V. Via de regra, é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.
- a) Somente as proposições I e V estão corretas.
  - b) Somente a proposição II está correta.
  - c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
  - d) Somente as proposições I, II, III e IV estão corretas.
  - e) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.

21. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**.

- I. No procedimento previsto pela Lei n.º 9.099/95, não é admissível qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á, no entanto, o litisconsórcio.
  - II. No procedimento previsto pela Lei n.º 9.099/95, os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.
  - III. Não se admite ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído pela Lei n.º 9.099/95.
  - IV. A Lei n.º 9.307/96 permite que as partes convençionem que a arbitragem se realize com base em usos e costumes.
  - V. A cláusula compromissória pode ser definida como a convenção através da qual as partes submetem um litígio à arbitragem de uma ou mais pessoas, podendo ser judicial ou extrajudicial.
- a) Somente a proposição I está correta.
  - b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
  - c) Somente as a proposições II e IV estão corretas.
  - d) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
  - e) Somente as proposições III e V estão corretas.

22. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**.

- I. Presume-se aceita a nomeação à autoria se o nomeado, devidamente citado, não comparecer.
  - II. Há litisconsórcio necessário quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.
  - III. É cabível o chamamento ao processo no processo de execução.
  - IV. A oposição oferecida antes da audiência seguirá o procedimento ordinário, sendo julgada sem prejuízo da causa principal.
  - V. A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.
- a) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
  - b) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
  - c) Somente a proposição I está correta.
  - d) Somente as proposições IV e V estão corretas.
  - e) Somente as proposições III e V estão corretas.

23. Assinale a alternativa **correta**.

- a) A chamada contracautela a ser exercida em relação ao poder geral cautelar do juiz é efetivada por meio de arresto ou seqüestro, mas não de caução, dada a insuficiência dessa modalidade de garantia.
- b) A responsabilidade pelos prejuízos causados ao requerido de uma ação cautelar em razão da execução da respectiva medida é do requerente, independentemente de culpa, no caso de o juiz declarar extinto o processo cautelar.
- c) O juiz pode deferir pedido do réu, em contestação, de substituição da medida cautelar postulada na inicial por outra, sempre que adequada ou suficiente para evitar a lesão.
- d) Dada a natureza duplamente instrumental da tutela cautelar, deve o juiz, como diretor do processo, visando à proteção de sua eficácia e utilidade, determinar de ofício, sempre que lhe parecer necessário, medidas cautelares.
- e) A competência para processar e julgar ação cautelar preparatória obedece aos critérios da territorialidade e da prevenção.

24. Assinale a alternativa **correta**.

- a) O mandado de execução por título extrajudicial, deve ser expedido em duas vias para que a primeira seja usada para citação e a segunda para penhora e avaliação.
- b) Pode o executado requerer o parcelamento da dívida, desde que deposite 30% (trinta por cento) do valor exequendo, mais custas e honorários, e ofereça caução real ou fidejussória de pagar o restante em até doze parcelas.
- c) A lei permite a penhora de faturamento da empresa para satisfação de crédito pessoal de seus sócios majoritários.
- d) Na execução por título extrajudicial a intimação da penhora se fará preferencialmente na pessoa do advogado.
- e) A penhora por meio eletrônico pode ser utilizada desde que frustrada a penhora tradicional

25. Quanto aos procedimentos ordinário e sumário, é **correto** dizer:

- I. Ambos os procedimentos admitem denunciação da lide.
  - II. Ambos os procedimentos permitem a produção de prova pericial.
  - III. Ambos os procedimentos permitem que seja intentada a ação declaratória incidental.
  - IV. Ambos os procedimentos admitem o recurso de terceiro prejudicado.
  - V. Ambos os procedimentos permitem a assistência.
- a) as proposições III e IV estão incorretas.
  - b) as proposições IV e V estão incorretas.
  - c) as proposições I e III estão incorretas.
  - d) as proposições I e II estão incorretas.
  - e) as proposições II e V estão incorretas.

26. Ao término de uma festa, Maria e sua amiga Jane, ambas com 14 anos de idade, completamente embriagadas, aceitaram carona de Pedro e José que desviaram o caminho de casa e rumaram para um local ermo, onde cada um manteve relações sexuais, dentro do carro. Pedro com Jane e José com Maria. Assinale a alternativa **correta**.
- a) Pedro e José foram condenados pelo crime de estupro (art. 213 do C. Penal), c/c o crime de corrupção de menores (Lei n. 2252/54) com o aumento pelo concurso de pessoas (art. 226, I, do C. Penal) e a aplicação do art. 9º da Lei n. 8072/90.
  - b) Pedro e José foram condenados pelo crime de atentado violento ao pudor (art. 214, do C. Penal) com o aumento pelo concurso de pessoas (art. 226, I, do C. Penal) e a aplicação do art. 9º da Lei n. 8072/90.
  - c) Pedro e José foram condenados pelo crime de estupro (art. 213 do C. Penal) aumentada pelo concurso de pessoas (art. 226, I, do C. Penal), cumulada com a aplicação do art. 9º da Lei n. 8072/90.
  - d) Pedro e José foram condenados pelo crime de estupro (art. 213 do C. Penal) cumulado com a causa circunstancial pela presunção de violência do art. 224, letra c, do mesmo Diploma Penal.
  - e) Pedro e José foram condenados pelo crime de estupro e atentado violento ao pudor (art. 213 e 214 do C. Penal), com presunção de violência (art. 224, letra c, do C. Penal), cumulado com o crime de corrupção de menores (lei n. 2252/54) com o aumento do art. 9º da Lei n. 8072/90.
27. Manoel foi condenado por homicídio duplamente qualificado. Ao início do cumprimento da pena evadiu-se da Penitenciária de São Pedro, escondendo-se na propriedade dos pais no extremo oeste. Para burlar a polícia, obteve uma certidão de nascimento de seu irmão, e com fotos suas conseguiu uma carteira de identidade em nome de seu irmão e com sua foto estampada no documento, encontrada com ele numa operação de averiguação policial. Assinale a alternativa **correta**.
- a) Pedro restou condenado pelo crime de falsidade ideológica do art. 299, e pelo crime de uso de documento falso do art. 304, ambos do C. Penal, em concurso material.
  - b) Pedro restou condenado pelo crime de falsidade de documento público do art. 297 do C. Penal porque o dano é potencial, não se exigindo sua utilização, bastando o mero porte.
  - c) Pedro restou condenado pelo crime de falsidade ideológica prevista no art. 299 do C. Penal, porque o crime se caracteriza independente de dano por sua utilização.
  - d) Pedro foi absolvido do crime de falsidade de documento público e do crime de uso de documento falso, ao argumento de que o documento foi encontrado com o agente, sem que dele fizesse uso, apenas o portava no bolso da calça.
  - e) Pedro restou absolvido do crime do art. 299 do C. Penal ao argumento que o falso só se caracteriza com o uso do documento ideologicamente falso.
28. Assinale a alternativa **correta**. Sobre o instituto da preempção previsto no art. 107, IV, do Código Penal:
- a) No caso de sua ocorrência em processos com mais de um querelante, se estende aos demais dentro do princípio contido no art. 580 do Código Processo Penal.
  - b) É a extinção do direito de ação ou de representação na ação penal privada.
  - c) É a extinção do direito de intentar uma queixa-crime na ação penal privada.
  - d) É a perda do direito de prosseguir em quaisquer ações penais, seja pública, privada, ou ainda, privada subsidiária da pública, em razão do abandono.
  - e) É causa extintiva da punibilidade e ocorre somente em ações exclusivamente privadas, não alcançando à ação privada subsidiária da pública.

29. PEDRO foi vítima de um crime de extorsão mediante seqüestro (artigo 159, do Código Penal), de autoria de MARCOS. O Código Penal, em seu artigo 4º, com vistas à aplicação da lei penal, considera praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado. No curso do crime em questão, antes da liberação involuntária do ofendido, foi promulgada e entrou em vigor lei nova, agravando as penas. Assinale a alternativa **correta**:
- a) A lei nova, mais severa, não se aplica ao fato, porque o nosso ordenamento penal considera como tempo do crime, com vistas à aplicação da lei penal, o momento da ação ou omissão e o momento do resultado, aplicando-se a sanção da lei anterior, por ser mais branda.
  - b) A lei nova, mais severa, não se aplica ao fato, frente ao princípio geral da irretroatividade da lei.
  - c) A lei nova, mais severa, é aplicável ao fato, porque sua vigência é anterior à cessação da permanência.
  - d) A lei nova, mais severa, não se aplica ao fato em obediência à teoria da atividade.
  - e) A retroatividade da lei nova, sem a possibilidade, contudo, de ela gerar efeitos concretos na atenuação da pena, tendo em conta a decisão condenatória transitada em julgado.
30. Considere as proposições abaixo:
- I. Extingue-se a punibilidade com o perdão do ofendido, logo após iniciada a execução da pena.
  - II. Extingue-se a punibilidade com a morte do ofendido, antes da sentença condenatória recorrível, no crime de adultério.
  - III. Extingue-se a punibilidade do fato atribuído ao agente, com o perdão do ofendido antes da sentença, no crime de denunciação caluniosa.
  - IV. Extingue-se a punibilidade do fato atribuído ao acusado, com a morte do autor do furto, no crime de receptação.
  - V. Extingue-se a punibilidade do fato quando ocorrer a retratação do agente antes da sentença, no crime de calúnia.
- Quais são as proposições **corretas**?
- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
  - b) Todas as proposições estão corretas.
  - c) Somente as proposições II e V estão corretas.
  - d) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.
  - e) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
31. Assinale a assertiva **INCORRETA**.
- a) Quando forem aplicadas penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, o condenado as cumprirá simultaneamente, se compatíveis entre si.
  - b) No concurso formal heterogêneo aplica-se a pena privativa de liberdade do crime mais grave, aumentada de 1/6 (um sexto) até a metade, não podendo exceder, no entanto, a que seria cabível se o concurso fosse material.
  - c) No concurso material, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja o agente incorrido.
  - d) No crime continuado, as penas de multa deverão ser aplicadas distinta e cumulativamente.
  - e) A proibição temporária do exercício do cargo público é espécie de pena restritiva de direito e não efeito de condenação.
32. O agente que, dolosamente, impede o socorro ao suicida que se arrependera do ato extremado e tentava buscar auxílio, comete:
- a) Lesões gravíssimas.
  - b) Crime de omissão de socorro.
  - c) Crime de induzimento ao suicídio.
  - d) Fato penalmente irrelevante.
  - e) Crime de homicídio.

33. MÁRIO, telefonou para a gerência de determinado supermercado, dizendo que havia colocado em várias prateleiras produtos alimentícios adulterados e exigindo quantia em dinheiro para indicar os locais onde eles se encontravam. Como o estabelecimento já havia sofrido essa prática, os responsáveis iniciaram negociações. Quando do pagamento da quantia pedida, MÁRIO foi preso e descobriu-se que ele não havia colocado na loja os referidos produtos. Que crime foi cometido por MÁRIO?
- a) Extorsão, em conatus.
  - b) Estelionato tentado.
  - c) Falsificação ou adulteração de substância alimentícia, tentada.
  - d) Extorsão consumada.
  - e) Falsidade ideológica.
34. Assinale a alternativa **correta**.
- a) O réu foi pronunciado para que fosse remetido a tribunal do júri, sendo que recorreu da decisão, por meio de recurso em sentido estrito. Entretanto, acabou por fugir da prisão, onde se encontrava recolhido provisoriamente. Neste caso, possível o reconhecimento da deserção.
  - b) Em caso de sessão de julgamento por homicídio simples, não pode ser decretada a revelia do réu, mesmo que notificado e não compareça à sessão do júri.
  - c) O efeito regressivo, no processo penal, somente se aplica para os recursos de decisões interlocutórias.
  - d) A nulidade absoluta não pode ser convalidada, mesmo que ocorra durante o plenário do júri, vez que não há que se falar em preclusão.
  - e) O princípio da instrumentalidade das formas não se aplica ao processo penal.
35. Em relação à Lei n° 11.343, de 23 de agosto de 2006, também chamada de Nova Lei de Drogas, é **correto** afirmar que:
- I. Na hipótese de prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária a comunicará, imediatamente, ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, por força de expressa previsão legal.
  - II. A legitimidade para determinar se a droga é para consumo pessoal ou para tráfico é do juiz.
  - III. O laudo de constatação de natureza e quantidade da droga (laudo prévio) pode ser feito por um só perito oficial.
  - IV. É admissível a figura do agente infiltrado somente na fase pré-processual, desde que haja autorização judicial e prévia oitiva do Ministério Público.
  - V. A defesa prévia é peça imprescindível à validade do processo. Ao contrário, no rito comum ordinário, o oferecimento de defesa prévia constitui mera faculdade.

Assinale a alternativa **correta**.

- a) Todas as proposições estão incorretas.
- b) Somente a proposição IV é incorreta.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Somente as proposições II e V estão corretas.

36. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Se a testemunha for presa em flagrante em audiência, por crime de falso testemunho pelo juiz do trabalho, pode ser impetrado habeas corpus repressivo no Tribunal Regional Federal.
- b) Mesmo que recebida a ação penal pelo juiz de primeiro grau, torna-se viável a concessão de *habeas corpus* de ofício pelo próprio juiz para trancamento da ação.
- c) Nos crimes de apropriação de contribuição providenciária, torna-se possível a delegação de competência criminal para o juízo estadual, caso não haja juiz federal no local do fato.
- d) O agente cometeu o crime de furto, na cidade de Florianópolis, contra a Caixa Econômica Federal. No mesmo dia, acabou por cometer outro furto na cidade de São José, contra a agência do Banco do Brasil. Diante de tal contexto, a competência firmar-se-á por prevenção, por tratar-se de crime continuado.
- e) Da decisão que julgar improcedente a exceção de coisa julgada, torna-se possível a interposição de recurso em sentido estrito.

37. A respeito da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, também chamada de “Lei Maria da Penha” em razão da luta de Maria da Penha Maia para ver seu marido processado pela prática de dupla tentativa de homicídio de que foi vítima, é **correto** afirmar que:

- I. É vedada a aplicação da composição civil e da transação penal nos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista.
- II. Nas ações públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especial designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público. Como a renúncia é típica da ação de iniciativa privada, a Lei trata, na verdade, da retratação da representação, que ocorrerá com denúncia já ofertada, mas não recebida pelo juiz, em nítida contradição à regra estabelecida no artigo 25 do Código de Processo Penal.
- III. A ação penal é pública incondicionada nos casos de lesão corporal grave, gravíssima e seguida de morte, decorrente de violência doméstica, sendo a competência para processar e julgar o caso penal do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Trata-se de competência em razão da matéria, portanto absoluta.
- IV. Consoante resolução do Pleno do Tribunal de Justiça Catarinense, competirá aos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher o processamento e julgamento dos processos disciplinados nesta Lei. Na hipótese de crimes dolosos contra a vida, a competência estender-se-á até a fase do art. 412 do Código de Processo Penal.
- V. A Lei não veda a substituição da pena corporal pelas penas restritivas de direitos, com exceção daquelas previstas no artigo 17.

Assinale a alternativa **correta**.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Somente as proposições II, IV e V estão incorretas.

38. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Aos menores de 18 (dezoito) anos quando testemunhas, não se defere o compromisso legal.
- b) Uma vez inviabilizada a realização do exame pelo desaparecimento dos vestígios, pode prova não pericial suprir-lhe a falta, como a confissão.
- c) O princípio do *tantum devolutum quantum appellatum*, impossibilita a *reformatio in mellius* no processo penal.
- d) Coisa julgada material existe apenas no juízo cível, uma vez que não há prazo para revisão criminal.
- e) Nas infrações permanentes, entende-se em flagrante delito o agente enquanto não cessa a permanência.

39. Sobre a ação de *habeas corpus*, é **correto** afirmar:

- I. É possível a impetração perante a Justiça do Trabalho, a partir da Emenda Constitucional nº 45/04, na hipótese, por exemplo, da prisão de depositário infiel.
- II. A competência para conhecer do remédio heróico contra ato da Turma Recursal é dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, em virtude de decisão adotada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal. Com esse entendimento, a Súmula 690 da Suprema Corte foi praticamente cancelada.
- III. Pode ser impetrado por qualquer pessoa, maior ou menor, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.
- IV. Pode ser impetrado em face de decisão que já transitou em julgado.
- V. A Constituição da República impede o manejo do *writ* em face de punições disciplinares militares.

Assinale a alternativa **correta**.

- a) Somente as proposições I, II, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II, III e V estão incorretas.
- c) Todas as proposições estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

40. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Haverá nulidade absoluta do processo criminal, se ocorrer a *ilegitimatio ad processum*.
- b) Os princípios da verdade real e da livre convicção são contraditórios, vez que o primeiro é estabelecido pelo Código de Processo Penal, ao passo que o segundo veio como modelo acusatório da Constituição Federal.
- c) A absolvição por fato atípico no juízo criminal não faz coisa julgada no juízo cível.
- d) Alteração do CPP posterior a prática do fato, só se aplica ao processo em andamento, se não houver prejuízo ao contraditório e a ampla defesa.
- e) Se a ação penal pública não for ofertada no prazo legal, não há que se falar em decadência, mesmo com a relação à ação penal privada subsidiária, vez que a ação penal está ligada ao princípio da indisponibilidade.

41. É **correto** afirmar:

- I. A denúncia que narra a conduta do pai que mantém relações sexuais com sua filha, maior e capaz, por livre e espontânea vontade de ambos, deve ser rejeitada, com base no artigo 43, inciso I, do Código de Processo Penal.
- II. A decisão que não recebe a denúncia tem cunho processual, sendo cabível o recurso em sentido estrito, com juízo de retratação, enquanto a decisão que a rejeita tem cunho material, o que enseja a interposição de apelação supletiva ou subsidiária.
- III. O prazo para opor embargos de declaração é de 2 (dois) dias e interrompe o prazo de outros recursos criminais, em atenção ao disposto no artigo 538 do Código de Processo Civil combinado com o artigo 3º do Código de Processo Penal. No Juizado Especial Criminal, o prazo para este recurso é de 5 (cinco) dias e suspende o prazo para outros recursos, a teor do artigo 83, §§ 1º e 2º, da mencionada Lei.
- IV. No processo penal, o princípio da relatividade não foi adotado de modo taxativo, de modo que o magistrado ao julgar o caso penal observará a correlação entre a acusação e a sentença. Isso porque o juiz pode dar nova definição jurídica ao fato.
- V. No ordenamento jurídico pátrio, admite-se o recurso de embargos infringentes e de nulidade interposto pelo Ministério Público.

Assinale a alternativa **correta**.

- a) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.
- e) Somente a proposição V é incorreta.

42. CARLOS, condenado por estelionato à pena de 1 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa, foi agraciado com a substituição da pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos, consistente na prestação de serviços à comunidade pelo tempo da reprimenda. Cumpridos 40 (quarenta) dias da sanção restritiva, constatou-se que ele abandonou a instituição designada. É **correto** afirmar que:
- a) O ordenamento penal não admite a conversão das penas restritivas de direitos em penas privativas de liberdade, impondo, tão somente, a adequação da medida aplicada ao sentenciado, com a designação de nova instituição para a prestação de serviços, com o aumento do prazo até a metade.
  - b) A conversão da sanção restritiva em pena privativa de liberdade demanda a prévia inquirição do sentenciado, que poderá justificar o abandono. De qualquer forma, o tempo da sanção restritiva cumprida, acaso decretada a conversão, não será computado para qualquer fim, dada a natureza grave da falta.
  - c) A conversão da sanção restritiva em pena privativa de liberdade é imediata e não demanda qualquer outra providência, desprezando-se o cômputo do tempo cumprido com a prestação de serviços do cálculo da liquidação da pena carcerária que CARLOS irá cumprir.
  - d) A conversão da sanção restritiva em pena privativa de liberdade demanda a prévia inquirição do sentenciado, que poderá justificar o abandono. O tempo da sanção restritiva cumprida, porém, se decretada conversão, será deduzido no cálculo da pena privativa de liberdade, respeitado o saldo mínimo de 30 (trinta) dias.
  - e) Nenhuma das alternativas está correta.
43. É caso de revogação facultativa da suspensão condicional da pena:
- a) A condenação em sentença irrecorrível, por crime culposo ou contravenção, à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos.
  - b) O envolvimento do condenado em ação penal instaurada por outro crime.
  - c) O descumprimento injustificado de prestação de serviços à comunidade ou da limitação de fim de semana.
  - d) A participação do condenado, em co-autoria, na prática de crime doloso.
  - e) A condenação em sentença irrecorrível, por crime doloso.
44. Dentre as normas existentes na Lei de Execução Penal é **correto** afirmar-se que:
- a) A autorização ao condenado para participar do velório de familiar só pode ser concedida pelo juiz, com parecer prévio do promotor de justiça.
  - b) A autoridade administrativa não poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso.
  - c) Ao juiz da execução compete aplicar aos casos julgados, a lei posterior que de qualquer modo favoreça o condenado.
  - d) Para a prestação de trabalho externo a ser autorizado pela direção do estabelecimento, além de outros requisitos, é exigido o cumprimento mínimo de 1/3 (um terço) da pena.
  - e) Mesmo na medida de suas aptidões e capacidade, o condenado à pena privativa de liberdade não está obrigado ao trabalho.
45. Assinale a alternativa **correta**.
- a) Policial militar que praticar crime com arma da corporação, será julgado pela justiça militar, mesmo que esteja de folga.
  - b) Crime de abuso de autoridade praticado por policial militar em serviço será julgado pelo justiça militar.
  - c) A pessoa que pratica um crime de homicídio simples contra um policial militar em serviço, será julgada pela justiça militar.
  - d) O crime de homicídio qualificado praticado por policial militar contra a vida de um civil, será julgado pelo tribunal do júri da justiça estadual.
  - e) Em caso de conexão de um crime militar com crime da competência da justiça comum estadual, prevalece a competência da justiça militar, por se tratar de justiça especial.

46. Assinale a alternativa **correta**.
- a) Em benefício da segurança pessoal do acusado, torna-se possível o desaforamento do processo penal militar.
  - b) A ação penal é sempre pública incondicionada, em caso de crime militar.
  - c) No processo penal militar, podem ser arroladas no máximo 5 (cinco) testemunhas.
  - d) Os institutos da Lei n.º 9.099/95 podem ser aplicados no âmbito da justiça militar.
  - e) É possível a habilitação do ofendido como assistente de acusação no processo penal militar.
47. Assinale a alternativa **correta**.
- a) As alegações finais no processo penal militar deverão ser ofertadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias.
  - b) Pode ser decretada a prisão preventiva no processo penal militar, em caso de periculosidade do acusado.
  - c) No processo penal militar é possível a interposição do recurso em sentido estrito, que possui o mesmo prazo do Código de Processo Penal.
  - d) A prova no juízo penal militar não está sujeita a qualquer espécie de restrição.
  - e) A prisão preventiva no processo penal militar não pode ser decretada de ofício.
48. Tema dos mais relevantes na atualidade, a Intervenção e Regulação do Estado na Ordem Econômica e Social, guarda estreita ligação com o surgimento da tutela do Consumidor. Assim é **correto** afirmar:
- a) A dimensão e a abrangência do Estado Contemporâneo, repousa na gestão de políticas públicas interventivas e reguladoras. É a partir da fixação deste plano conceitual que podemos analisar não só o Estado Interventor e Regulador, como também todos os fundamentos teóricos, principiológicos e os preceitos constitucionais e infraconstitucionais informadores do Direito do Consumidor.
  - b) Estado Interventor significa o controle pelo governo, em graus variados da ordem econômica através da atuação na produção, distribuição ou comercialização de matérias primas e de bens. Já o Estado Regulador, tem o sentido de fornecer, à Sociedade, as regras que regulam as relações privadas, evitando desequilíbrios nas questões econômicas. Assim, com o advento da nova ordem constitucional, erigiu-se proteção aos sujeitos de uma relação de consumo à categoria assegurada pela Lei Maior.
  - c) É cediço conhecimento que as relações provenientes do mercado de consumo são travadas de forma paritária. Aceita tal realidade, extrai-se, dedutivamente, a óbvia ilação de que não existe sujeito em condição de debilidade ou fragilidade.
  - d) O Direito do Consumidor constitui desdobramentos dos subsistemas do Direito Público ou do Direito Privado, não possuindo princípios específicos, distintos dos que orientam tal divisão.
  - e) Da análise periférica da Teoria Geral das Relações Jurídicas, não podemos fugir de uma realidade concreta: a Relação de Consumo pode deixar de ser concebida como uma Relação Jurídica.
49. Na esfera do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **correta**.
- a) As relações de consumo são bilaterais: fornecedor e consumidor. O preço ou o produto são acessórios de uma pretensa relação.
  - b) O Código Consumerista adota um único conceito de Consumidor.
  - c) Os entes despersonalizados não estão sob a égide da proteção própria dos consumidores.
  - d) O direito de pretender a reparação pelos danos causados pelo acidente de consumo (fato do produto ou do serviço), prescreve em três anos e a contagem do prazo inicia a partir da entrega do bem.
  - e) Restringe-se o regime do Código apenas às relações de consumo, não se aplicando à contratação privada em geral, que continua sujeita às regras de direito comum.

50. Assinale a alternativa **correta**. À luz do Código de Defesa do Consumidor incide em abuso do direito por omissão o fornecedor que:
- a) Recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoques.
  - b) Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.
  - c) Exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.
  - d) Elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.
  - e) Deixar de incluir no contrato a data da entrega da obra ou deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação.
51. Assinale a alternativa **correta**.
- a) A posição assumida tanto pelo STJ, como pelo STF, no extravio de bagagens e atraso de vôos internacionais prevalece o Pacto de Varsóvia em relação ao CDC.
  - b) A jurisprudência brasileira não é pacífica ao considerar o contrato de seguro, tanto os de assistência hospitalar direta, como os de seguro-saúde, como submetidos ao CDC.
  - c) Não pode lei municipal regular a prestação dos serviços bancários, limitando o tempo de espera do consumidor na fila do caixa das agências bancárias.
  - d) Bancos e financeiras, à luz do CDC, são fornecedores não apenas de serviço –cobranças de contas, tributos, etc. – como também de produtos. Crédito e dinheiro são os produtos da atividade comercial de bancos e financeiras, crédito este que, quando concedido ao devedor para que o utilize como destinatário final, sujeita-se aos comandos do Código de Defesa do Consumidor.
  - e) Existindo vício aparente, de fácil constatação no produto, não há que se falar em decadência do direito de reclamar, mas sim em prescrição vintenária.
52. Referentemente à realização do ativo, nos processos de falência, assinale a opção **INCORRETA**.
- a) A realização do ativo somente poderá ter início depois de concluída a formação do quadro geral de credores.
  - b) A realização do ativo admite a adoção de mais de uma forma de alienação.
  - c) É dado ao juiz, uma vez ouvido o administrador judicial e atendendo a orientação do Comitê, se houver, proceder à alienação do ativo pela modalidade “pregão”.
  - d) A realização do ativo só poderá ser iniciada após a juntada, ao processo de falência, do auto de arrecadação dos bens.
  - e) A alienação da empresa pode ser feita com a venda de suas finalidades ou unidades produtivas isoladamente.
53. Quanto às sociedades por ações, considerando a natureza e a forma das ações, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) Nas sociedades por ações, não admite a lei ações ao portador.
  - b) As ações de fruição são sempre substitutivas de outras ações já amortizadas.
  - c) Presume-se a propriedade das ações nominativas pela inscrição do nome do acionista em Livro próprio ou pelo extrato que seja remetido pela instituição custodiante.
  - d) Ações nominativas podem ter ou não valor nominal.
  - e) As ações de fruição só dão direito à percepção dos “frutos”.

54. Considerando os contratos bancários e a jurisprudência cristalizada no STJ, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) A comissão de permanência só pode ser aplicada se houver estipulação contratual autorizando-a.
  - b) A aplicação da comissão de permanência à Taxa Média de Mercado não pode ser aplicada concomitantemente com os juros remuneratórios.
  - c) A comissão de permanência à Taxa Média de Mercado exclui a cobrança dos juros de mora.
  - d) A comissão de permanência à Taxa Média de Mercado não exclui a cobrança dos juros remuneratórios no período de inadimplência.
  - e) A comissão de permanência à Taxa Média de Mercado inviabiliza a cobrança da multa moratória.
55. Referentemente às cédulas de crédito, assinale a alternativa **correta**.
- a) Os juros remuneratórios não admitem capitalização.
  - b) A comissão de permanência é válida se não exceder a Taxa Média de Mercado.
  - c) A taxa de juros remuneratórios, ainda que excedente a 12% (doze por cento) ao ano, é válida se não extrapolar a Taxa Média de Mercado.
  - d) Os juros remuneratórios só podem exceder a 12% (doze por cento) ao ano se, para tanto, houver autorização do Conselho Monetário Nacional.
  - e) Os juros moratórios têm na taxa de 6% (seis por cento) ao ano o seu percentual máximo.
56. No referente à letra de câmbio, Indique a alternativa **correta**.
- a) A ausência da denominação letra de câmbio não invalida o título, se da reunião dos demais elementos se puder constatar tratar-se de uma letra de câmbio.
  - b) O nome do beneficiado é requisito essencial à validade da letra de câmbio.
  - c) É requisito essencial e insuprível que a denominação “letra de câmbio” conste expressa em seu texto.
  - d) O lugar do saque da letra de câmbio é requisito insuprível à sua eficácia.
  - e) A letra de câmbio não pode ter prazo de vencimento inferior a trinta dias a partir do seu saque.
57. A propósito dos atos administrativos, assinale a alternativa **correta**.
- a) A moralidade, como elemento integrante do mérito administrativo, não pode ser aferida pelo Poder Judiciário em sede de controle dos atos da Administração Pública.
  - b) A concessão de aposentadoria compulsória é ato administrativo vinculado.
  - c) Os atos administrativos ilegais podem ser revogados pela Administração Pública.
  - d) Os atos administrativos discricionários praticados por agentes incompetentes podem ser revogados.
  - e) Atos administrativos ilegais são convalidados com a sua publicação regular.
58. Assinale a alternativa **correta**, com fundamento na Lei n. 8.666/93, em sua redação atual:
- a) Só serão considerados como documentos válidos para demonstração de aptidão para o desempenho da atividade, aqueles referentes aos últimos cinco anos, antes da publicação do edital.
  - b) O prazo mínimo que deve ser observado entre a publicação do edital e o recebimento das propostas, será de 45 (quarenta e cinco) dias nos casos de concorrência, quando a licitação for do tipo “menor preço”.
  - c) Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para apresentação de outras propostas, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.
  - d) Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato de autoridade competente, desde que previamente avaliados, comprovada a necessidade ou utilidade da alienação, e sempre através da adoção do procedimento licitatório, sob modalidade de concorrência.
  - e) As propostas com valor global ao limite estabelecido ou com preços considerados inexequíveis não poderão ser desclassificadas.

59. Em atenção aos contratos administrativos, assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Lei 8666/93, em sua redação atual:
- a) Os contratos e seus aditamentos serão formalizados, necessariamente, através de instrumento lavrado em cartório de notas.
  - b) Os contratos administrativos podem ser formalizados com prazo de vigência indeterminado.
  - c) As cláusulas econômico-financeiras do contrato administrativo poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
  - d) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais as supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
  - e) A variação do valor contratual para fazer face ao reajustamento de preços previsto no próprio contrato caracteriza alteração do mesmo, determinando a celebração de aditamento.
60. Assinale a alternativa **correta**, com fundamento na Constituição da República:
- a) A lei poderá estabelecer requisitos diferenciados de admissão de servidores públicos, quando a natureza do cargo o exigir, mas o limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
  - b) O direito ao auxílio-alimentação se estende aos servidores inativos.
  - c) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais a índices federais de correção monetária.
  - d) O servidor público estável só perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
  - e) A fixação dos vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva.
61. A respeito da desapropriação, é **correto** afirmar, com fundamento no entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça:
- a) Na indenização por desapropriação não se incluem os honorários do advogado do expropriado.
  - b) Em desapropriação, os juros moratórios destinam-se a recompor a perda decorrente do atraso no efetivo pagamento da indenização e a compensar a perda de renda sofrida pelo proprietário e somente serão devidos à razão de 6% (seis por cento) ao ano, a partir do 1º dia de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição da República.
  - c) O termo inicial para o cálculo dos juros compensatórios na desapropriação é o trânsito em julgado da sentença.
  - d) As margens dos rios navegáveis são de domínio público, insuscetíveis de expropriação e, por isso mesmo, excluídas da indenização.
  - e) A ação de desapropriação indireta prescreve em 5 (cinco) anos.
62. Assinale a alternativa **correta**.
- a) Mesmo candidatos que tenham renunciado à candidatura antes do pleito, com homologação da renúncia pela Justiça Eleitoral, ou tenham seu registro de candidatura indeferido, devem apresentar prestação de contas do período de campanha.
  - b) À Justiça Eleitoral não compete ingressar no mérito da decisão e examinar se os vícios das contas rejeitadas pelo órgão administrativo competente são insanáveis ou não, para o fim de reconhecer causa de inelegibilidade.
  - c) As contas de campanha dos candidatos eleitos ou não devem ser julgadas pela Justiça Eleitoral até quinze dias antes da diplomação.
  - d) Desde a chamada “Minireforma Eleitoral” (Lei n. 11.300 de 10.5.2006) todos os gastos realizados por eleitor em favor de candidato ficam sujeitos a contabilização, independentemente do valor.
  - e) Segundo a atual jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, proposta a ação para desconstituir a decisão do órgão administrativo competente que rejeitou as contas, anteriormente à impugnação de registro de candidatura, fica suspensa a inelegibilidade, independentemente de decisão judicial.

63. Assinale a alternativa **correta**.

- a) O rito que deve ser empregado na ação de impugnação de mandato eletivo é o ordinário do Código de Processo Civil, com as adaptações da Lei das Eleições (Lei n. 9504 de 30.9.1997).
- b) Compete o julgamento do recurso contra a expedição de diploma, nas eleições municipais ao Juiz Eleitoral; nas eleições estaduais e federais ao Tribunal Regional Eleitoral respectivo; e nas eleições presidenciais ao Tribunal Superior Eleitoral.
- c) Se o julgamento de investigação judicial eleitoral por abuso de poder econômico ocorrer após o pleito, mesmo que reconhecido o abuso não pode o juiz ou tribunal cassar o registro de candidatura.
- d) Nas eleições municipais e estaduais, compete aos Juízes Auxiliares do Tribunal Regional Eleitoral o exame das representações por infrações à Lei das Eleições.
- e) No recurso contra a expedição de diploma a prova deve ser pré-constituída, não se admitindo, em seu âmbito, instrução probatória.

64. Assinale a alternativa **correta**.

- a) As chamadas condutas vedadas aos agentes públicos em campanha configuram espécie do gênero abuso de poder, embora, diferentemente deste, em alguns casos permitam a cassação de registro independentemente de potencialidade de influência no pleito.
- b) O eleitor tem legitimidade para oferecer representação por abuso de poder econômico ou político.
- c) A inelegibilidade só pode decorrer de falta de condição de elegibilidade.
- d) Sem potencialidade de influência no pleito não há como se cassar registro de candidatura em caso de abuso de poder econômico ou político, de tal sorte que, se a diferença de votos do candidato beneficiado for maior do que o número dos sufrágios obtidos com abuso, fica afastada a possibilidade de cassação.
- e) Uma vez que a Constituição tenha reservado à Lei Complementar o estabelecimento de hipóteses de inelegibilidade, é inconstitucional o dispositivo legal acrescido à Lei das Eleições (Lei n. 9504) por lei ordinária (Lei n. 9840) que prevê cassação de registro ou de diploma no caso de captação ilícita de sufrágio.

65. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Após o trânsito em julgado da decisão que deferir o registro de candidatura a expulsão do candidato do partido pelo qual se registrou não o impedirá de concorrer normalmente no pleito e de ser regularmente diplomado.
- b) No exercício do poder de polícia em relação à propaganda eleitoral, cabe ao Juiz Eleitoral instaurar procedimento com a finalidade de impor multa pela veiculação de publicidade em desacordo com a lei.
- c) Preclui o direito de alegação de hipóteses de inelegibilidades legais e constitucionais uma vez deferido o registro de candidatura.
- d) Em caso de homonímia no registro de candidatura, terá preferência o candidato que tiver utilizado o nome que pretende registrar no exercício de mandato ou em outro pleito nos últimos quatro anos.
- e) Desde a convenção partidária, pode o candidato divulgar propaganda eleitoral paga, em jornais, desde que não exceda a um oitavo de página de jornal padrão ou um quarto de página de tablóide, por edição; e em rádio e televisão, desde que não exceda a trinta segundos por dia, vedado o uso de *outdoor*.

66. Considere as seguintes proposições:

- I. É constitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis – ITBI com base no valor venal do imóvel.
- II. A imunidade de livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão, prevista no art. 150, VI, “d” da Constituição da República abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.
- III. É legítima a incidência do ICMS na comercialização de exemplares de obras cinematográficas, gravados em fitas de videocassete.
- IV. O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.

Considerando o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, estão **corretas**:

- a) Somente as proposições I e II.
- b) Todas as proposições.
- c) Somente as proposições I e III.
- d) Somente as proposições II e IV.
- e) Somente as proposições II e III.

67. Acerca da responsabilidade tributária, assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Tributário Nacional:

- a) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, responde, em qualquer caso, pelos tributos, relativos ao estabelecimento adquirido.
- b) A lei não poderá atribuir a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, mesmo que vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte.
- c) Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.
- d) A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada do seu pedido de parcelamento.
- e) A responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

68. Considerando a constituição do crédito tributário, assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código Tributário Nacional:

- a) O pagamento antecipado pelo obrigado, nos casos de lançamento por homologação, extingue o crédito tributário, sem condição resolutória.
- b) O lançamento deve ser revisto de ofício pela autoridade administrativa quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.
- c) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode mais ser alterado.
- d) O lançamento reporta-se à data da constituição do crédito tributário.
- e) O lançamento tributário é atividade administrativa discricionária tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

69. O Sistema Tributário Nacional subordina-se a vários princípios. Sobre os princípios gerais expressos pode-se **afirmar**:
- I. Segundo o princípio da reserva de lei ou da legalidade estrita, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir ou aumentar tributos sem que a lei o estabeleça, mas a Constituição da República admite alteração, por decreto, das alíquotas dos impostos sobre importação, exportação, produtos industrializados e operações financeiras.
  - II. Segundo o princípio da igualdade tributária, é vedado às referidas entidades tributantes instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
  - III. Segundo o princípio da capacidade contributiva, o ônus tributário deve ser distribuído na medida da capacidade econômica dos contribuintes.
  - IV. Segundo o princípio da anualidade do lançamento do tributo, o lançamento dos tributos se liga agora à anterioridade da lei criadora ou majoradora do tributo, em relação ao exercício financeiro em que deverá ser cobrado, sem que possa haver qualquer espécie de exceção.
- a) As proposições I, II e III estão corretas.
  - b) Todas as proposições estão corretas.
  - c) Todas as proposições estão incorretas.
  - d) As proposições II, III e IV estão corretas.
  - e) Nenhuma das alternativas acima.
70. Sobre o Lançamento de Ofício dispõe o Código Tributário Nacional (CTN):
- I. É efetuado e revisto quando a lei assim o determina.
  - II. É efetuado e revisto quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.
  - III. É efetuado e revisto quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.
  - IV. É efetuado e revisto quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo declaração obrigatória.
- a) Somente as proposições I e IV estão corretas
  - b) Todas as proposições estão incorretas.
  - c) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
  - d) Todas as proposições estão corretas.
  - e) Nenhuma das alternativas anteriores.
71. Sobre a Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, é **correto** afirmar:
- I. Constitui crime contra a fauna, a conduta de quem apanha dez ovos de ema e abate um tatu canastra.
  - II. Constitui crime contra a flora, a conduta negligente de quem deixa cair na relva cigarro aceso e que acaba resultando em incêndio.
  - III. Constitui crime contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, a conduta de picar ou grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano.
  - IV. Constitui crime contra a administração ambiental, a conduta de obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato das questões ambientais.
  - V. A competência da Justiça Federal só se estabelece diante da demonstração de interesse específico e direto da União e não de forma genérica, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.
- Assinale a alternativa **correta**.
- a) Todas as proposições estão corretas.
  - b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
  - c) Somente as proposições I e V estão incorretas.
  - d) Todas as proposições estão incorretas.
  - e) Somente as proposições I e III estão corretas.

72. A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, prevê as seguintes circunstâncias genéricas que agravam a pena, nos casos do agente ter cometido a infração para:
- I. Para obter vantagem pecuniária.
  - II. Concorrendo para danos à propriedade alheia.
  - III. Em sábados, domingos ou feriados.
  - IV. Mediante fraude ou abuso de confiança.
  - V. Com destruição ou rompimento de obstáculo.
- Assinale a alternativa **correta**.
- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
  - b) Somente a proposição IV está incorreta.
  - c) Somente as proposições I e II estão corretas.
  - d) Todas as proposições estão incorretas.
  - e) Somente a proposição I está correta.
73. João é proprietário de um posto de abastecimento e lavagem de veículos (Auto Posto Estrela) nas margens do Rio Sangão, que abastece a cidade e canalizou os dejetos de sua atividade, como óleo, graxas, lodo e areia por uma tubulação diretamente nas margens do rio. Assinale a alternativa **correta**.
- a) O Juiz não recebe a denúncia ao argumento que as pessoas jurídicas são incapazes da prática de atos de relevância penal, e de serem culpáveis e sofrerem penalidades.
  - b) O Juiz não recebe a denúncia contra a pessoa jurídica ao argumento de que se trata de preceito constitucional, de uma escolha política, embora não apta como forma de punição das condutas lesivas ao meio ambiente, e como forma de prevenção geral e especial.
  - c) O Juiz não recebe a denúncia contra a pessoa jurídica porque pelo nosso ordenamento jurídico não há como desconsiderar a pessoa jurídica, em obediência ao princípio do “disregard of legal entity”, pelos danos ambientais causados.
  - d) O Juiz não recebe a denúncia contra a pessoa jurídica ao argumento de que, embora se trate de preceito constitucional, não é apta como sujeito passivo de punição das condutas lesivas ao meio ambiente, nem como forma de prevenção geral e especial.
  - e) O Juiz não recebe a denúncia porque não demonstrada a responsabilidade e a culpabilidade da pessoa jurídica, tampouco demonstrada a vontade de agir do administrador ou do órgão colegiado daquela.
74. Bento é proprietário de uma granja no oeste do Estado, onde tem criação de suínos e, embora tenha esterqueira, os excessos sólidos e líquidos são canalizados diretamente no Rio Uruguai, causando poluição e degradação da água do rio e danos à icitiofauna. Assinale a alternativa **correta**.
- a) O Juiz não recebeu a denúncia ao argumento de que não foram esgotadas as possibilidades recursais no âmbito administrativo, para a constituição da conduta ilícita, não podendo instaurar-se a ação penal.
  - b) O juiz não recebeu a denúncia porque o agente não sabia da poluição que estava ocorrendo, uma vez que o réu não agiu dolosamente ao permitir que os excessos de detritos provenientes da esterqueira de sua propriedade escoassem diretamente no meio ambiente.
  - c) O Juiz não recebeu a denúncia, e julgou extinta a punibilidade, nos termos do art. 89, da Lei n. 9.099/95, porque demonstrada a recuperação parcial dos danos ambientais causados.
  - d) O Juiz não recebeu a denúncia, porque aceita a proposta de conciliação, (art. 76 da Lei n. 9099/95) independente da prévia composição dos danos causados na água e na icitiofauna.
  - e) O Juiz não recebeu a denúncia porque o auto de infração ambiental foi lavrado pela autoridade policial da comarca, sem o laudo de constatação do dano causado.

75. Após analisar as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.

- I. A intervenção da equipe interprofissional é necessária e por isso será determinada pela autoridade judiciária nos processos que impliquem em perda ou suspensão do pátrio poder.
  - II. A intervenção da equipe interprofissional é necessária e por isso será determinada pela autoridade judiciária nos processos que impliquem em decisão sobre a guarda, tutela ou adoção.
  - III. A intervenção da equipe interprofissional é necessária e por isso será determinada pela autoridade judiciária nos processos que impliquem na aplicação de medidas sócio-educativas.
  - IV. A concessão da guarda, tutela e adoção, implicará na prestação de compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, mediante subscrição de termo que ficará fazendo parte integrante dos autos respectivos.
  - V. O princípio do contraditório deverá ser obrigatoriamente observado nos procedimentos que implicarem tanto no deferimento da tutela como na destituição da tutela.
- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
  - b) Somente a proposição III está correta.
  - c) Somente as proposições II e V estão corretas.
  - d) Somente a proposição V está correta.
  - e) Somente as proposições I e III estão corretas.

76. Após analisar as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.

- I. Nos processos instaurados para apuração de ato infracional praticado por adolescente, as intimações dos atos processuais, em qualquer caso, do representante do Ministério Público e do defensor (advogado) será feita sempre pessoalmente.
  - II. Pela prática de ato infracional, tanto a criança como o adolescente estão sujeitos as medidas de proteção inculpidas no art. 101 do mesmo diploma legal.
  - III. A irrisignação contra as decisões judiciais que dispuserem sobre a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em bailes, boates ou congêneres, deverá ser manifestada através do recurso de agravo de instrumento.
  - IV. A autoridade judiciária, via decisão fundamentada, poderá determinar a internação provisória de um adolescente, por no máximo quarenta e cinco dias, se louvando de indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.
  - V. A função de membro do conselho nacional, dos conselhos estaduais, dos conselhos municipais e dos conselhos tutelares dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.
- a) Somente as proposições II, IV e V estão incorretas.
  - b) Somente as proposições I, III e V estão incorretas.
  - c) Todas as proposições estão incorretas.
  - d) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.
  - e) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.

77. Após analisar as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.
- I. Tanto a guarda, como a tutela e adoção, admitem o deferimento liminar ou incidental do respectivo múnus, desde que o(s) pretendente(s) preencha(m) os requisitos específicos e genéricos insculpidos no ECA.
  - II. A adoção será deferida ao pretendente que, após inequívoca e pública manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.
  - III. A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando, fundar-se em motivos legítimos, mas sempre dependendo do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando, os quais serão ouvidos pela autoridade judiciária e pelo representante do Ministério Público, cujas declarações restarão reduzidas a termo nos autos.
  - IV. Em respeito ao princípio da dignidade humana insculpido na Constituição da República, a autoridade judiciária incumbida de apreciar pleitos de guarda, tutela ou adoção, deverá sempre ouvir a criança ou adolescente e levar em consideração a sua opinião.
  - V. Na apreciação dos pleitos de adoção, para o respectivo deferimento, a autoridade judiciária deverá obrigatoriamente levar em consideração, não só, os requisitos genéricos e específicos concernentes aos pretendentes, como também se estes já estão inscritos no cadastro de pessoas habilitadas a adotar, consoante o disposto no art. 50 do ECA, desprezando aspectos outros, como o grau de parentesco, relação de afinidade ou de afetividade.
- a) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.
  - b) Somente as proposições II, IV e V estão incorretas.
  - c) Somente as proposições I e V estão incorretas.
  - d) Somente as proposições I, III e V estão incorretas.
  - e) Todas as proposições estão incorretas.
78. Em relação a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, analise as proposições abaixo, a seguir assinale a alternativa **correta**.
- I. Entende-se por Comarca a unidade de divisão judiciária autônoma, se de Juízo único, ou múltiplo quando desdobrado em Varas.
  - II. As Comarcas no Estado de Santa Catarina são classificadas em quatro entrâncias, a saber: especial, inicial, final, intermediária. A Comarca da Capital é classificada como de entrância especial.
  - III. A Lei de Organização e Divisão Judiciárias permite a reunião de ações, quando comum o objeto ou a causa de pedir, em uma só unidade de divisão judiciária.
  - IV. São Órgãos de colaboração do Poder Judiciário, a Polícia Judiciária, os Juízes de Paz e os advogados da Justiça Militar e do Juizado da Infância e Juventude.
  - V. É da competência do Tribunal Pleno, por resolução, instituir Varas de abrangência regional ou circunscricional.
- a) Somente as proposições I, II, III e V estão corretas.
  - b) Todas as proposições estão corretas.
  - c) Somente a proposição IV está correta.
  - d) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
  - e) Somente as proposições I, III, IV e V estão corretas.
79. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **INCORRETA**. Para efeito do exercício das atividades jurisdicionais, fazem parte da divisão do território do Estado de Santa Catarina:
- a) Circunscrições e Comarcas.
  - b) Comarcas e Comarcas não-instaladas.
  - c) Distritos e Comarcas.
  - d) Circunscrições, Regiões e Comarcas.
  - e) Seções, Regiões e Comarcas.
80. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**. Funciona como órgão de segunda instância da Justiça Militar do Estado de Santa Catarina:
- a) O Tribunal Regional Militar.
  - b) O Tribunal de Justiça Militar.
  - c) O Tribunal de Justiça.
  - d) O Conselho da Auditoria Militar.
  - e) A Turma de Recurso Militar.

PÁGINA  
EM  
BRANCO